



Polis, Revista de la Universidad Bolivariana  
ISSN: 0717-6554  
antonio.elizalde@gmail.com  
Universidad de Los Lagos  
Chile

da Rosa Rangel, Carlos Roberto  
As festas como formas de integração na fronteira Brasil-Uruguai (1930-1945)  
Polis, Revista de la Universidad Bolivariana, vol. 13, núm. 39, 2014, pp. 1-16  
Universidad de Los Lagos  
Santiago, Chile

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30533388005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Carlos Roberto da Rosa Rangel

## **As festas como formas de integração na fronteira Brasil-Uruguai (1930-1945)**

### **Advertencia**

El contenido de este sitio está cubierto por la legislación francesa sobre propiedad intelectual y es propiedad exclusiva del editor.

Las obras publicadas en este sitio pueden ser consultadas y reproducidas en soporte de papel o bajo condición de que sean estrictamente reservadas al uso personal, sea éste científico o pedagógico, excluyendo todo uso comercial. La reproducción deberá obligatoriamente mencionar el editor, el nombre de la revista, el autor y la referencia del documento.

Toda otra reproducción está prohibida salvo que exista un acuerdo previo con el editor, excluyendo todos los casos previstos por la legislación vigente en Francia.

**revues.org**

Revues.org es un portal de revistas de ciencias sociales y humanas desarrollado por Cléo, Centre pour l'édition électronique ouverte (CNRS, EHESS, UP, UAPV).

### Referencia electrónica

Carlos Roberto da Rosa Rangel, « As festas como formas de integração na fronteira Brasil-Uruguai (1930-1945) », *Polis* [En línea], 39 | 2014, Publicado el 06 enero 2015, consultado el 28 enero 2015. URL : <http://polis.revues.org/10437> ; DOI : 10.4000/polis.10437

Editor : Centro de Investigación Sociedad y Políticas Públicas (CISPO)  
<http://polis.revues.org>  
<http://www.revues.org>

Documento accesible en línea desde la siguiente dirección : <http://polis.revues.org/10437>  
Document generado automáticamente el 28 enero 2015. La pagination ne correspond pas à la pagination de l'édition papier.  
© Polis

**Carlos Roberto da Rosa Rangel**

# As festas como formas de integração na fronteira Brasil-Uruguai (1930-1945)

## Introdução

1 Como duas peças de um mosaico, que só fazem sentido quando justapostas, o Rio Grande do Sul e a República Oriental do Uruguai tiveram origens históricas profundamente interdependentes<sup>1</sup>. Antes de fazerem parte de um mesmo território sob a soberania do império brasileiro (1821-1828) a Banda Oriental do Rio Uruguai e a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul foram pontos de partida ou objetivos das incursões de Cevallos (1763), Vértiz y Salcedo (1773) e Rafael Pinto Bandeira (1776), tornando incertas as linhas demarcatórias entre as terras espanholas e as portuguesas.

2 A integração das populações e das práticas econômicas ocorreria naturalmente naquele território fragilmente demarcado e que se tornou menos instável após o Tratado de Madri. Efetivamente, nem todo o território do atual Rio Grande do Sul e da República Oriental do Uruguai sofreram com a mesma intensidade os efeitos dessa interação multinacional. É fundamental destacar que a integração efetiva ocorreu na “área de soldagem” que se estende por 1.003 km desde a foz do arroio Chuí, no Oceano Atlântico, até a desembocadura do Rio Quaraí no Rio Uruguai, abrangendo, aproximadamente, espaços geográficos hoje definidos como os municípios de Santa Vitória do Palmar, Jaguarão, Erval, Bagé, Dom Pedrito, Livramento, Quaraí e Uruguaiana no lado brasileiro e os departamentos Rocha, Treinta y Tres, Cerro Largo, Rivera e Artigas no lado uruguai.

3 Em virtude do espaço disponível para este artigo, realiza-se um estudo de caso no qual se observa que as populações das cidades geminadas Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai) buscaram adequar o seu estilo de vida e suas condições de sobrevivência com os valores, normas e intervenções dos estados nacionais vizinhos. Neste sentido, a contraposição de uma ordem nacional, fiscalizadora e padronizadora, mostrava-se antagônica às práticas integrativas e comunitárias que ocorriam em uma aparente desordem coletiva.

4 Essa dicotomia entre ordem e desordem é tratada por Roberto DaMatta (1997: 60) quando ele enfatiza que as festas são momentos de ruptura da rotina e apresentam-se como ocasiões extraordinárias, capazes de recriar e resgatar o tempo, o espaço e as relações sociais. Na sua abordagem, as festas “da ordem” marcam o espaço com a hierarquia e a estratificação social, enquanto as festas “da desordem” permitem a inversão dos papéis sociais. As primeiras são entendidas como as festas cívicas, principalmente os desfiles nacionais comemorativos e as festas religiosas. Como exemplo mais comum da segunda categoria, DaMatta (*Ibid.*) destaca o carnaval, entendido como um tempo alegre e festivo, capaz de relativizar, ainda que temporariamente, os condicionamentos sociais.

5 Essa constante dicotomia entre ordem e desordem tencionava o cotidiano das duas cidades geminadas, entre as quais existiam dois ordenamentos jurídicos e administrativos de caráter nacional separados apenas por uma rua. Nesse ambiente onde as condições econômicas oscilam de um lado para outro como um pêndulo, ora favorecendo uma comunidade nacional, ora a outra, as populações brasileira e uruguaia tinham de relacionar dois conjuntos separados, no entanto complementares de um mesmo sistema socioeconômico.

6 Ao se contemplar o ritual festivo percebe-se que as duas comunidades alimentavam imagens diversas e complementares de si mesmas, imagens que se mostravam nos ceremoniais, nas brincadeiras do carnaval e nos desfiles solenes. Essa diversidade de representações deve-se ao fato de que, nessa comunidade de fronteira, a externalidade nacional é permeada por uma internalidade pessoal na qual a rede de parentesco, compadrio, amizade e recíprocas dependências econômicas constroem um sistema de transitividades e gradações.

7 Tratava-se de uma totalidade internamente dividida e complementar, nas quais as partes competiam, mas também estabeleciam relações de reciprocidade. De outra maneira, o

contrabando, a presença de criminosos fugitivos ou de exilados políticos expulsos por um dos dois governos nacionais eram fatores que despertavam medidas de controle social por parte das autoridades que, progressivamente, passaram a controlar e administrar as festas populares. À medida que o espaço da rua tornava-se suporte para festivais patrocinados pelo Estado, diminuíam as possibilidades de inversão das hierarquias e representações “oficiais” e aumentava a importância de uma ordem nacional marcada por posições sociais externas ao ambiente privado e íntimo e por uma diferenciação acentuada entre o “ser brasileiro” e o “ser uruguai”, conforme se pode observar nos subtítulos seguintes.

## A festa cívica

O repertório de símbolos e rituais como as bandeiras nacionais, os desfiles e as solenidades presididas pelas autoridades públicas, durante as festas patrióticas, reforçam uma determinada imagem da comunidade nacional que não está sujeita ao improviso ou às escolhas aleatórias dos indivíduos. Entretanto, como nos lembra Eduardo Colombo (1993: 21-22), os símbolos enriquecem o imaginário coletivo com a fantasia, permitindo a interligação do mundo vivido com o imaginado, ao tempo que esvaziam a realidade da sua concretude, atribuindo-lhe novas possibilidades de significação. Nesta perspectiva, os idealizadores das festas cívicas manipulam os emblemas, ícones e símbolos nacionais, procurando fugir dos deslizamentos de sentido até alcançarem uma ordem exclusivista expressa pela nação coesa e unida em torno do poder hegemônico do Estado.

George Balandier (1982: 8), quando se detém nos estados totalitários, vê com mais ênfase as festas cívicas nacionais, definindo-as como instrumentos de mobilização política com sentido autoritário inequívoco. “O mito da unidade expresso pelo povo, raça ou pelas massas torna-se o cenário da teatralização política”, de tal maneira que a festa cívica é a forma mais espetacular pela qual a nação inteira se coloca em situação cerimonial.

O contexto histórico brasileiro e uruguai, nos primeiros anos da década de 1930, favorecia o discurso intervencionista e centralizador dos governos nacionais. Os piores efeitos da crise econômica mundial ainda não haviam sido superados e os partidos políticos mostravam-se incapazes de mediar os conflitos e canalizar as demandas sociais até o aparato governamental. No Brasil, vivia-se o governo provisório de Getúlio Vargas, cercado por demandas contraditórias advindas de uma parte dos aliados reformistas e, de outra, dos partidos regionais que protagonizaram a revolução de 1930 e cobravam os postos deixados pelo governo deposto e mandado para o exílio.

No Uruguai, a ascensão do colorado Gabriel Terra, em 1931, conseguida graças às artimanhas eleitorais armadas nas vésperas das eleições, mostrou que o sistema eleitoral e partidário uruguai, entendido na época como um modelo de equilíbrio democrático, também sofria as pressões sociais advindas da crise internacional. Em função disso, o novo presidente apressava-se em criticar o poder executivo compartilhado entre conselheiros de diferentes partidos, pois essa fragmentação do poder diminuía a agilidade e a autoridade para enfrentar a grave crise econômica que assolava o país.

A descrença no liberalismo econômico e político era reforçada pelos exemplos bem sucedidos da planificação econômica e do intervencionismo estatal empreendido pelos soviéticos e pelos fascistas italianos, confirmado a tese de que chegara a vez do Estado nacional centralizador, conduzido por um governo forte e com amplo apoio das massas. Entretanto, nem Getúlio Vargas, nem Gabriel Terra estavam totalmente desvincilhados dos compromissos partidários e a força da ideologia liberal ainda era suficientemente forte para obrigar-lhos a manobrar, obedecendo às regras eleitorais e de convívio político pluralista.

Portanto, cumpria ganhar terreno diante da opinião pública, cada vez mais lembrada como o único canal legítimo de comunicação direta entre o povo e o líder máximo da nação (o Presidente da República). No mês de setembro de 1931, Vargas e Terra iniciaram a ofensiva centralizadora contra as forças políticas que os constrangiam no exercício do poder: Vargas discursou no Sete de Setembro (data da independência nacional) tendo como alvo os partidos regionais os quais, segundo o entendimento do Presidente, dificultavam o desenvolvimento econômico da nação com seus interesses mesquinhos e suas visões estreitas das questões

nacionais; Terra viajou pelo interior uruguai, proclamando a necessidade de alterar a Constituição, eliminando os entraves à ação do Presidente da República, mas não ousou propor o fim do governo colegiado, sabendo que não teria o apoio dos colorados batllistas e do nacionalismo civilista, os quais totalizavam a maioria do parlamento.

15 Na fronteira Brasil-Uruguai os reflexos da tendência centralizadora não tardaram a chegar, bem como os sinais de resistência. Desde a campanha presidencial de 1930, o norte uruguai mostrava sua ambigüidade de maneira exemplar, ao alimentar boatos de levantes revolucionários liderados pelos irmãos Saravia, contra o governo colorado instalado em Montevidéu, ao tempo que promoviam demonstrações patrióticas de união nacional, especialmente na grande festa cívica alusiva ao centenário da república (no ano de 1930).

16 Em Rivera, esta festa oficial foi marcante pelas ambições previstas no programa de obras, cerimônias e festejos, que propunha: 1º) gestões para a construção do Parque Internacional na linha divisória, tendo por base o projeto elaborado pelo Alto Comissário da República Oriental do Uruguai, Dr. Virgilio Sampognaro (projeto que só se realizaria em janeiro de 1943); 2º) Inauguração da Avenida Centenário, anteriormente denominada Buen Retiro e da Praça 18 de Julio, em Rivera Chico, bem como das obras de saneamento e águas correntes, de um circuito de turismo com seu parque público, além de um pavilhão na praça de esportes; 3º) a realização da semana de Rivera, com uma grande exposição dos produtos econômicos do departamento e 4º) gestões para a construção de um monumento alusivo ao centenário, na Praça Barão do Rio Branco (De Leon, 1999: 433).

17 Na festa oficial e patriótica, o passado, o presente e o futuro comprimem-se em um mesmo evento que ordena feitos memoráveis imortalizados no mito de origem da nação, as carências e frustrações do presente e o projeto de futuro no qual os bens materiais, a liberdade e a fraternidade são possíveis mediante a ação governamental e a união dos governados em prol de metas comuns. Tal articulação entre o imaginário e o real, entre o passado mítico, o futuro utópico e o presente penoso ocorre pelo ritual da festa cívica, cuja ênfase é sempre colocada na ordem, na regularidade, na repetição, na marcha ordeira, no cântico cadenciado e no controle do corpo. A eficiência desse ritual da festa cívica é tão mais necessária quando lembramos que “a margem de liberdade e inovação na produção de todas as representações coletivas (...) é particularmente restrita. O simbolismo da ordem social, da dominação e submissão, das hierarquias e privilégios é quantitativamente limitado” (Baczko, 1985: 300).

18 Portanto, naquela data comemorativa, não faltaram os ritos habituais de toda a festa cívica como o canto do hino nacional pelas moças do coral Mora, os desfiles estudantis e da guarda municipal, banquete para as autoridades, além do discurso do intendente municipal de Livramento em nome dos vizinhos brasileiros. A tudo isso, buscou-se agregar elementos de maior repercussão popular como a organização de bailes e a distribuição de roupas e alimentos para a população mais pobre. Sem dúvida que essa última providência teve boa repercussão entre os riverenses mais humildes que, na melhor das hipóteses, tinham a sua disposição o controvertido “carnê de pobre”, que era um atestado de pobreza comprado ao valor de um peso, para ter acesso às medidas assistencialistas do governo (De Leon, 1999: 433-434).

19 A presença das autoridades brasileiras nas festas cívicas do país vizinho e vice-versa não era característica exclusiva de Santana do Livramento e Rivera, mas prática comum nas capitais dos dois países, principalmente nas datas nacionais. A embaixada brasileira em Montevidéu relatou, anos após ano, os festejos do sete de setembro organizados pelo embaixador e a intensa participação das autoridades e populares da capital uruguaias nos eventos, como se pode ler nos relatos contidos no Arquivo Histórico do Itamarati (Palácio do Itamarati, Rio de Janeiro, Delegações Brasileiras, Montevidéu, ofícios, série 33).

20 Entender essas cerimônias como meras cordialidades diplomáticas é minimizar a forma como as coletividades nacionais designam suas identidades e mostram-se presentes como uma unidade totalizante em relação a outras unidades que concorrem com ela, por meio de pessoas autorizadas (Baczko, 1985: 309). Na região de fronteira, ter um representante do país vizinho que prestigie e reverencie os valores encenados na festa cívica é o mesmo que reafirmar a autonomia e a diferenciação, ao tempo que os conflitos potenciais ou reais são distendidos pela afirmação do modelo de civilidade e boa convivência entre nações.

21 Em Santana do Livramento, as festas cívicas tornaram-se mais frequentes e com maior público à medida que se aprofundava o discurso nacionalista do governo federal. Desde os primeiros dias do governo provisório, Getúlio Vargas debateu-se com a força do regionalismo político, sobretudo dos estados com maior representação e prestígio no Congresso Nacional (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Rio de Janeiro) que dispunham de poderosas forças públicas que rivalizavam em efetivos e armas com o Exército Brasileiro.

22 Mas não era um fenômeno tipicamente brasileiro ou uruguai. Maria Helena Capelato (1996: 336-337) ao analisar comparativamente os “espetáculos do poder e a produção de sentimentos” durante os governos de Vargas no Brasil e Perón na Argentina, percebeu nos dois países a “teatralização do poder”, na qual “a política comanda o real através do imaginário num espetáculo em que as cenas se sucedem, refletindo ora o passado, ora as realizações sociais.” Já nos Estados Unidos da América, durante o século XIX, como demonstrou Mary Ryan (1995: 207-208), o caráter patriótico ou o culto a uma personalidade carismática cedeu lugar a um espetáculo em que os cidadãos praticavam a autodisciplina e a disciplina social, fazendo com que a desordem e a cacofonia que imperavam na cidade, na maior parte do ano, fossem “ordenadas segundo padrões reconfortantes, visual e auditivamente agradáveis.”

23 Esses “espetáculos do poder” tinham a mesma essência de restabelecer ou demonstrar a ordem, assim como afirmar sua preponderância sobre os conflitos e a estratificação social. Entretanto, assumiam formas diferenciadas de acordo com cada regime político. Quanto mais autoritário, mais visíveis os mitos de origem e os de unidade, bem como os heróis, as alegorias cívico-patrióticas e os aparatos do estado. No caso da cidade de Santana do Livramento, nos anos 1930, os instrumentos de realização das festividades foram o sistema de ensino e as forças armadas. O primeiro, pelos efeitos ideológicos implícitos na ação educativa; o segundo, por ser a instituição mais identificada com as práticas e valores nacionalistas, quer pela natureza da sua missão institucional (a defesa nacional) quer pela cultura própria da caserna, própria a unificar as vontades individuais em torno de uma única ação de comando.

24 Góes Monteiro, o chefe militar coordenador da Revolução de 1930, não deixou dúvidas sobre a pretensão que as forças armadas tinham em ordenar a sociedade brasileira segundo padrões militares:

O Exército é uma entidade essencialmente política; e virtualmente todos os aspectos da política nacional o interessavam, pois é dela que, até certo ponto, emana a doutrina de preparação para a guerra. A política em geral, e política econômica, o sistema de comunicações, a política internacional e todos os tipos de atividades da coletividade, inclusive de instrução e educação do povo, da produção, e do regime político social – tudo, em síntese, afeta a política militar do país... A forma mais racional de estabelecer a segurança nacional em bases sólidas com o objetivo supremo de disciplinar o povo e de obter o máximo de produção é precisamente o de adotar os princípios da organização militar. (Monteiro, 1942: 133)

25 Em Santana do Livramento a programação cívica das escolas passou por severa regulamentação expedida pela Secretaria de Educação do Estado e foi mais além quando, em 1943, a Secretaria de Cultura Municipal condicionou seu auxílio financeiro à participação das entidades culturais nas programações cívicas, conforme se pode observar no Decreto Lei nº 51, de 27 de setembro, no seu artigo 5º, letra “d”: “Para estabelecimentos de ensino, entidade esportiva, operária ou assemelhados, torna-se necessário atestados fornecidos pelo Secretário da Prefeitura de que participou das solenidades cívicas, para que recebeu convocação e, se for o caso, de que cumpriu as determinações referentes à arregimentação da juventude.” (Arquivo da Câmara Municipal de Santana do Livramento, seção legislação municipal)

26 Percebe-se que essa fiscalização das entidades coletivas “convocadas” a cumprir “as determinações de arregimentação da juventude”, a semelhança de quem é convocado a prestar o serviço militar obrigatório, foram bastante eficientes a julgar pelas fotografias encontradas no Arquivo Histórico de Santana do Livramento. Analisando-as, é possível perceber a profusão das manifestações cívicas de caráter patriótico no transcorrer da década de 1930 e nos primeiros anos de 1940. Jograis apresentados pelos alunos destacando o Brasil e o amor à pátria, desfiles com muitas mulheres erguendo imensas bandeiras do Brasil, oradores com gestos enfáticos e afetados e as demonstrações de educação física e ginástica rítmica pelas meninas da escola normal foram algumas imagens flagradas pelas lentes dos

santanenses naqueles anos (Arquivo de fotografias históricas, Biblioteca Pública de Santana do Livramento).

27 Como nos lembra Bronislaw Bazcko (1985: 309-310) o poder do Estado sobre os cidadãos não se faz unilateralmente e apenas de forma concreta. A ordem simbólica do poder exige a manipulação de um repertório de categorias abstratas e de ritos que graduam e permitem a transitoriedade das relações de poder, delimitando o “bom comportamento” e a representação global da sociedade, onde cada um encontra o seu lugar e sua razão de ser. Ser o “bom trabalhador”, o “bom jovem”, o “bom brasileiro” expressava mais que afirmação de papéis sociais idealizados e manipulados pelo aparato ideológico do estado, também estabelecia fronteiras do “nós” em relação aos “outros” e isso era fundamental na região de fronteira Brasil-Uruguai.

28 No Brasil, bem mais que no Uruguai, a estratégia estatal de mobilização coletiva enfatizou o discurso entorno do sujeito trabalhador, em função dos diferentes estágios do desenvolvimento capitalista industrial que vigorava nos dois países, de tal maneira que o Uruguai enfatizava o setor terciário e o Brasil destacou a indústria como o motor do desenvolvimento nacional. Como consequência imediata dessa diferença, no Brasil a mobilização dos trabalhadores, orientados por seus sindicatos, foi uma opção de arregimentação coletiva enquanto no Uruguai o partidarismo, consolidado como forma de expressão coletiva massiva, preponderava no esforço de cooptação das massas (Rangel, 2004).

29 A primeira parada trabalhista de Livramento foi particularmente reveladora do que se está destacando. Ocorrida no 1º de maio de 1939, contou com a concentração de aproximadamente cinco mil pessoas, reunidas em torno de seus sindicatos, além das bandas de música do Exército e da Brigada Militar (polícia militar do estado). À frente do desfile, iam o Inspetor Federal de Imigração, o representante local do Ministério do Trabalho e o Inspetor da Instrução Pública, seguidos das funcionárias do frigorífico Armour conduzindo um grande retrato de Getúlio Vargas. Logo depois, vinham os sindicatos conduzindo grandes dísticos destacando os benefícios trazidos pelo Presidente da República: “casa própria”, “salário mínimo”, “férias remuneradas” e “oito horas de trabalho”. O desfile foi interrompido em frente da prefeitura, onde esperava o Prefeito e as autoridades militares da cidade, seguindo-se o eloquente discurso do comerciário Olavo Schüller, destacando a grande obra do Presidente da República. A seguir, o Prefeito fez uso da palavra e concitou os operários a trabalharem dentro da ordem e da lei, porque, desta forma, trabalhariam pela grandeza da pátria e pelo progresso do país. (Caggiani, 1999: 16-19)

30 A rápida industrialização que ocorria do lado brasileiro da fronteira, especialmente depois da instalação do frigorífico Armour e da proliferação das pequenas indústrias de bebidas e de tratamento do couro e da lã (Schäffer, 1993), processo esse favorecido tanto pela expansão das empresas oligopolistas norte-americanas que estavam sofrendo os efeitos da lei antitruste nos EUA, quanto pelas possibilidades advindas do modelo brasileiro de “substituição de importações”, que possibilitava substituir produtos importados pelos produzidos regionalmente, proporcionou um desnível na oferta de mão de obra naquele espaço fronteiriço.

31 A maior oferta de empregos no lado brasileiro e a concorrência que os trabalhadores uruguaios poderiam oferecer aos trabalhadores nacionais fizeram com que os anos 1938 e 1939 fossem particularmente tensos na fronteira Brasil-Uruguai. Nesse período, surgiu uma nova legislação que regulava o ingresso de estrangeiros no Brasil e esse dispositivo foi empregado para controlar a mão-de-obra que migrava de um lado para outro da linha divisória. Esse contexto explica a presença destacada dos inspetores de imigração e do trabalho no desfile do 1º de maio já mencionado, bem como o forte tom nacionalista dos discursos que procuravam criar uma reserva de mercado para a mão-de-obra nacional.

32 Contudo, a situação peculiar de Livramento como cidade fronteiriça impunha que as festividades de cunho patriótico não transparecessem xenofobia, de tal maneira que as autoridades da cidade vizinha eram formalmente convidadas e, nos primeiros anos da década de 1940, quando a Praça Internacional já havia sido construída e passou a ser palco das cerimônias cívicas, ocorria neste local o encontro das escolas públicas uruguaias e brasileiras,

as quais – segundo relato da Sr<sup>a</sup> Erundina Antunes Carvalho (1999) – trocavam-se as bandeirinhas nacionais, simbolizando a irmandade das duas comunidades geminadas. A Sr<sup>a</sup> Maria Martins Simões (1999) acrescentou que em Rivera as cerimônias cívicas “eram sagradas, todo mundo de uniforme, os colégios visitavam a cidade vizinha e o colégio militar de Montevidéu vinha para a semana da pátria no Brasil”.

33 Era compreensível que naquele contexto histórico de acirramento das nacionalidades confrontadas na Segunda Guerra Mundial, as autoridades locais de Rivera e Livramento buscassem demonstrar a excepcionalidade das duas comunas, diferença essa que foi constantemente destacada pelos relatos dos viajantes que por ali passaram. Joaquim de Abreu Fialho em uma crônica escrita no jornal *Diário de Notícias* de Porto Alegre, em 12 de agosto de 1942, quando presenciou o lançamento da pedra fundamental do Parque Internacional, destacou que:

Livramento polariza a atenção de toda a gente. Outro dia a cidade amável viveu o mais raro momento de sua vida: duas bandeiras de pátrias diversas, hasteadas, simultaneamente, ao som mágico de hinos que contam glórias – o hino brasileiro e o hino uruguai. (...) Livramento cidade amável e boa. Livramento, terra diferente, onde, porque é limite extremo da pátria, mais se sente a alegria de ser brasileiro. (Arquivo histórico de família Caggiani)

34 Em artigo apócrifo do jornal *El Ideal* de Rivera, de 12 de fevereiro de 1952, percebe-se a exaltação ufanista da irmandade das duas cidades, materializada pelo prolongamento da avenida Sarandi (no Uruguai) com a avenida Andradas (no Brasil) sem qualquer obstáculo ao livre trânsito dos veículos ou das pessoas, com as seguintes palavras:

(...) de un lado Uruguay y del otro Brasil; acá la ciudad de Rivera y allá la ciudad de Livramento, unidas por esa calle ancha que sin tener en cuenta la divisa de la frontera, se introdujo en ella como un símbolo de unión, como un camino de acercamiento. (...) porque brasileños y uruguayos, riverenses y santanenses, sabemos tanto comulgar nuestras alegrías en el altar de la patria como en el hogar, como en el mismo altar de la vida, en cada fiesta como en cada día, como en un todo, como así, también en cada momento de dolor. (Biblioteca pública de Rivera)

35 Interessante observar como o cronista destaca a adaptabilidade dos habitantes da fronteira diante dos universos da casa e da rua, do ambiente íntimo do lar e das circunstâncias externas e nacionais da fronteira. Essa constante negociação entre espaços de sociabilidade e geográficos proporcionam uma constante expansão e retração das relações sociais e econômicas, de tal maneira que as rivalidades nacionais ou as circunstâncias de concorrência econômica são amenizados nos momentos das festas e nas redes de solidariedade privadas estabelecidas no ambiente familiar.

36 Contudo, a espontânea irmandade destacada pelos relatos nem sempre ocorria entre as duas cidades. Existem relatos de conflitos graves naquela região de fronteira, com sérias implicações diplomáticas entre os dois países, a exemplo do que ocorreu em 1904 e em 1932 (Rangel, 2001: 106-107) quando o confrontamento colocou parte das duas populações em armas. É fundamental compreender que a integração na região de fronteira é pendular, ou seja, quando a política monetária e aduaneira de um dos países favorece o comércio ou a produção primária de uma das cidades, a outra passa por dificuldades. De esse movimento pendular surgem os mecanismos de ajustamento que estão, via de regra, à margem da ordem jurídica e fiscal, ou colocando a questão de forma mais clara: não há dificuldade que não possa ser amenizada pelo contrabando e pela emigração ilegal.

37 Quando os Estados Nacionais enrijecem suas fronteiras, tais mecanismos de adaptação empregados pelas populações fronteiriças perdem parte da sua eficácia estabilizadora. Na década de 1930, a diplomacia brasileira e a uruguaia estiveram empenhadas em definir um amplo espectro de medidas, visando à integração internacional e o controle das fronteiras comuns, por meio dos acordos celebrados em 20 de dezembro de 1933. Os acordos diplomáticos propostos ao senado dos dois países foram a Fixação do Estatuto Jurídico da Fronteira, Acordo para a Permuta de Publicações, Convênio para Intercâmbio Artístico e Cultural, Convênio para o Fomento ao Turismo e Convênio sobre Exposições, Amostra e Venda de Produtos Nacionais.

38 Basta saber que tais acordos ficaram estagnados no Congresso Nacional brasileiro até agosto de 1937 para ter uma boa medida das dificuldades para formalizar uma integração que, a rigor, já ocorria marginalmente e extraoficialmente na região de fronteira. E quando finalmente se conseguiu formalizar um acordo de controle sobre o comércio e a navegação com o Uruguai (Decreto nº 23.710, de 09 de janeiro de 1934) a realidade cotidiana da fronteira acabou se mostrando mais efetiva, provocando enormes constrangimentos para a diplomacia, conforme se observa nas correspondências trocadas entre a embaixada Brasileira no Uruguai e o Itamarati, no ano de 1934.

39 Entre 15 e 24 de novembro de 1934, o embaixador brasileiro relatou que o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Juan José e Arteaga, vinha reclamando continuamente sobre o não cumprimento do tratado por parte das autoridades locais e aduaneiras das cidades fronteiriças, e que o ministro iria aproveitar uma viagem conjunta com o Ministério da Instrução Pública, à cidade de Rivera, para dialogar com o Coronel Francisco Flores da Cunha (chefe político local de Santana do Livramento) “para ver se conseguia uma melhor compreensão dos interesses comuns”, uma vez que a banha e outros produtos brasileiros poderiam sofrer represálias se a farinha e o gado uruguai continuassem a sofrer restrições (Arquivo Histórico do Palácio Itamarati, Delagações Brasileiras, Montevidéu, ofícios, série 33)

Em correspondência ainda mais enfática e embaixador Lucillo Bueno destacou que:

É que não só o Senhor Presidente da República, Doutor Gabriel Terra, senão também os ministros das relações exteriores e da fazenda, me vêm falando insistente no assunto, como a levantar suspeitas acerca do exato cumprimento do tratado por parte do governo brasileiro, segundo nisso a voz corrente da imprensa dessa capital. (Arquivo Histórico do Palácio Itamarati, livro 33-2-11, documento nº 13.103)

40 Efetivamente, essa relativa autonomia local, em relação aos acordos bilaterais entre Brasil e Uruguai, foi severamente diminuída com a implantação do Estado Novo (novembro de 1937). Pode-se dizer que a crescente centralização política e administrativa do estado brasileiro acabou forçando uma adequação das cidades fronteiriças às diretrizes e interesses nacionais, em maior escala do que até então se havia conseguido.

41 Até 1937, várias iniciativas legais foram tomadas para restringir o contrabando pela linha seca entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, tal como o Decreto nº 2.459, de 12 de fevereiro de 1897 (passou para a esfera federal a repressão ao contrabando), extinto pelo acordo entre os governos do Rio Grande do Sul e Federal, em 2 de junho de 1899; o Decreto nº 7.865, de 17 de fevereiro de 1910 (a repressão ao contrabando, retornou ao poder federal, com novas mesas de renda e novos postos fiscais); o Decreto nº 8.547, de 1º de fevereiro de 1911 (adotou o sistema de guias de exportação em 4 vias); o Decreto 12.328, de 27 de dezembro de 1916 (regulou o serviço de repressão ao contrabando) e o Decreto Legislativo nº 5.574, de 14 de fevereiro de 1928 (desnacionalizou o charque brasileiro).

42 A ascendência e relativa autonomia dos chefes políticos locais, em coordenação com a política do governo estadual do Rio Grande do Sul, inviabilizava a fiel observância das legislações descritas anteriormente, de tal maneira que somente com a implantação do Estado Novo, em 1937, a centralização administrativa e política, em torno do governo federal e de seu interventor no estado, fez com que a fronteira Brasil-Uruguai passasse por uma rigorosa depuração com a demissão de funcionários aduaneiros e a nomeação de um superintendente de repressão ao contrabando (Eduíno Vaz Ferreira) que passou a contar com mais recursos financeiros para policiar a linha seca. (Jornal *A Razão*, Santa Maria, 06-04-1938)

43 Evidente que o contrabando e o trânsito de pessoas indesejáveis através da linha divisória continuou existindo, mas os anos que compreenderam a segunda metade da década de 1930 e os primeiros anos de 1940 trouxeram para aquelas duas comunas geminadas novas bases de convívio e complementaridade que tornaram o contrabando e a migração ilegal ações menos toleradas e mais abertamente classificadas como transgressão legal, conforme veremos no próximo subtítulo.

## A festa popular

44 A história das comunidades de Santana do Livramento e Rivera é rica em atividades de confraternização popular, a exemplo da fiesta de las cometas (festa das pandorgas) que se originou no início do século como reflexo da rivalidade existente entre livre-pensadores (maçons) e católicos (Deleon, 1999: 435-436). Os livres-pensadores desejavam criar uma festa popular que rivalizasse, em atrativos, com a semana santa dos católicos e, para tanto, criaram um festival de pandorgas, tendo em conta o entusiasmo que a população local dedicava a essa brincadeira. Com o passar dos anos, o motivo original perdeu-se da memória coletiva e permaneceu a tradição de toda a sexta feira santa ir até o cerro do marco para empinar pandorgas ou as cometas como diziam os riverenses.

45 Interessante observar que a polêmica religiosa passou desapercebida pelas autoridades locais de Rivera e Santana do Livramento, que logo institucionalizaram a festa popular com um Festival internacional de las cometas, com a previsão de júri e prêmios, visando estimular o turismo local. Entretanto, caminho bem diverso teve a corrida de toros. Essa brincadeira em que os animais eram perseguidos e perseguiam populares, sofrendo ferimentos para instigar agressividade, foi desenvolvida por um conjunto de vizinhos das duas cidades geminadas, que logo encontraram um lugar público para a tourada popular (a praça dos touros). O humanismo do coloradismo batllista e o seu desejo de civilidade excepcional, no contexto da brutalidade latino-americana, deu origem a Lei nº 5.657, aprovada na câmara de senadores do Uruguai em 15 de abril de 1918, a qual proibiu a corrida de toros em todo o território nacional.

46 O box logo retornou ao cotidiano das duas cidades como atividade desportiva, mas as rinhas de galo e as corridas de toros ficaram oficialmente proscritas. Entretanto, nenhuma outra festa popular persistiu tanto na tradição das duas populações e foi tão longamente modificada e adaptada aos interesses oficiais e comerciais como o carnaval.

47 As primeiras notícias que se tem do carnaval, nestas duas cidades, remonta aos anos de 1890-94 e relatam a alegria e a espontaneidade das brincadeiras carnavalescas, que envolviam, indistintamente, as populações de um e de outro lado da fronteira, nas guerras de confetes e serpentinas e por meio das comparsas que visitavam as casas de família, onde eram recebidas com entusiasmo, comida e bebidas. À noite, as elites locais reuniam-se em animados bailes de máscaras no Clube Comercial e no Teatro 7 de Setembro em Livramento e na *Jefatura de Polícia* em Rivera.

48 Até 1898, as manifestações populares do carnaval, naquele espaço fronteiriço, não tinham maiores interferências das autoridades locais e guardavam uma autonomia e uma espontaneidade que, para um observador menos atento, pareceriam demonstrar a mais autêntica integração internacional. Porém, tanto no Rio Grande do Sul quanto no Uruguai, os tempos lembravam mais a violência do que as festas e nas mãos dos fronteiriços - ao invés de confetes e serpentinas - erguiam-se espadas e lanças. No lado sul-rio-grandense a Revolução Federalista ceifava vidas numa luta fratricida, enquanto no Uruguai os Blancos - que tinham ao longo da fronteira com o Brasil um importante reduto - preparavam-se para erguer armas contra o governo de Montevidéu.

49 Nesse ambiente de conflito com as autoridades instituídas, a fronteira desempenhava um importante papel, servindo de refúgio para os dissidentes e perseguidos assim como fonte de material bélico para alimentar as revoltas. Diante da recíproca interferência das oligarquias agrárias nos assuntos internos do país vizinho, a fronteira enriqueceu-se e, em 1898, foram estabelecidas as primeiras normas conjuntas entre as autoridades de Livramento e Rivera para disciplinar as atividades do carnaval e evitar o trânsito de pessoas indesejáveis através da linha divisória: as comparsas brasileiras, a semelhança do que acontecia com os uruguaios, só poderiam utilizar máscaras no lado uruguai no lado uruguai mediante uma prévia autorização da autoridade policial riverense.

50 Em 1901, a *Jefatura Política y de policía* de Rivera expediu novas regras para o carnaval, proibindo o jogo de água e o uso de disfarces que ofendessem o clero e as instituições armadas, acrescentando que, para o uso de máscaras, os carnavalescos teriam de trazer a autorização policial presa ao peito, de modo a ser visualizada facilmente.

51 Na fronteira, uma vez serenados os ânimos revolucionários, o carnaval ganhou enorme ímpeto, destacando-se o de 1916 quando dezenas de carros alegóricos de nomes sugestivos como Gôndola Veneziana, Borboletas, Zíngaras e Japonesas, tripulado por belas jovens das duas cidades, abrilhantaram o corso em torno da praça General Osório de Livramento. Diga-se que o carnaval desta cidade, em boa parte, monopolizava as atenções e trazia para o lado brasileiro uma quantidade significativa de uruguaios.

52 Não se pense, entretanto, que a adesão popular sempre foi total. Lado a lado com o carnaval, sempre existiu um discurso moralista e crítico quanto aos hábitos devassos da folia e a conseqüente fruixidão causada aos bons costumes. Sendo assim, ao mesmo tempo em que o carnaval apaixonava um público crescente, proliferavam protestos, como este encontrado em um diário da capital sul-rio-grandense, em 1912:

O carnaval é festa de máscara e do exibicionismo. Nada é tão censurável como o carnaval... Envolto na máscara, astuta e vil, são cometidos muitos crimes. O carnaval é a antítese do bem e da virtude. O povo, o governo e o comércio são contribuintes voluntários para tais festejos; e daí a miséria e males que nos assoberbam. Não necessitamos mais da máscara para nos divertir. Já vão longe os tempos em que precisávamos de festas grotescas ... para saciar a sede do povo, para contentá-lo. Hoje tudo mudou, os costumes, os hábitos, a moral. (Miranda, 1989: 14)

53 A crescente intervenção das autoridades na realização do carnaval não teve o único propósito de reprimir ou prevenir os conflitos políticos, mas também atacou a relativa autonomia das manifestações simbólicas, que podiam valer-se do ambiente informal e espontâneo do carnaval, assim como do seu sugestivo clima de transgressão coletiva, para criticar governos ou transgredir alguns tabus sociais. Neste sentido, o carnaval foi progressivamente saindo do interior das casas a ganhando as ruas, submetendo-se às normas dos espaços públicos e das autoridades que regulavam estes lugares. A mesma rua ou praça da solenidade cívica passou a incorporar o carnaval, cada vez mais submetido ao poder público, que se mostrava presente por meio dos auxílios financeiros, dos concursos, da exploração das vias públicas, da tributação... Chegou-se ao limite de que já não era possível perceber o que havia sido iniciativa e manifestação espontânea dos populares e o que havia sido uma atividade turística sob a tutela governamental.

54 Em 1927, pela primeira vez, o poder executivo de Rivera decidiu contribuir oficialmente para os preparativos do carnaval, investindo \$ 400,00 pesos na iluminação extraordinária da cidade. A iniciativa oficial tentava dar um novo brilho ao carnaval riverense, criando-lhe atrativos que rivalizassem com os oferecidos em Livramento. O retorno financeiro ficaria por conta do aluguel de pontos comerciais existentes na praça Rio Branco e ao longo da avenida Sarandi. Desta forma, eram atendidas antigas reivindicações dos comerciantes riverenses, que viam na ida dos uruguaios ao carnaval de Livramento uma forma de evasão de divisas e diminuição dos empregos no lado uruguai. Essa compreensão ficou clara no suplemento dominical do jornal *El Dia*, quando enfatizou a predominância comercial de Livramento como um aviltamento da condição nacional dos riverenses, conforme se vê no seguinte extrato:

Rivera es en la realidad un suburbio de S. Anna do Livramento. Toda la población uruguaya está absorbida por la animación nocturna que ofrece Santa Ana, en contraposición a la tétrica y aburrida vida de Rivera. Cualquier cosa que se haga para modificar ese estado de cosas, contribuiría a darle dignidad nacional a una población fronteriza en la que, cuando se necesita algo, lo más sencillo es tomar un café, echa al forastero hacia Santa Ana. (Pintos, 1990: 161)

55 Em que pese a exacerbada indignação do periodista, o fato é que assim como os uruguaios optavam preferencialmente pela vida noturna de Livramento, os brasileiros, por sua vez, não abriam mão dos produtos encontrados nos bazaros riverenses, de tal forma que os réis deixados lá retornavam como pesos para cá. O cronista Birilo Neves (1949: 9) faz o seguinte comentário sobre este intercâmbio:

Livramento passa o dia em Rivera e Rivera passa a noite em Livramento. Nós vamos lá fazer compras, eles vem aqui divertir-se com o dinheiro que lá deixamos durante o dia. Nunca houve, neste mundo, maior e mais santa harmonia...

56 Retornando à marcha de crescente influência do poder público sobre as manifestações populares, o executivo de Rivera decidiu, em 1930, criar uma *Comisión popular pro-festejos*

*de carnaval*, prática esta que se consagrou, repetindo-se por vários anos. Entretanto, essa influência do poder público não ocorria de maneira explícita. Cumpria manter a idealização do carnaval como uma prática de iniciativa popular e uma manifestação espontânea da cultura local.

57 A preocupação com o sucesso da folia na cidade encontra fácil explicação quando lembramos da crise econômica em que mergulhou o Uruguai no início dos anos 1930 devido, em grande parte, a crise internacional de 1929, quando os produtos primários - e Rivera era um grande fornecedor de carnes - tiveram seus preços drasticamente reduzidos. Com a diminuição do comércio de carnes, aumentava o desemprego de vasto setor popular de Rivera, ligado às atividades pastoris e aos frigoríficos santanenses, especialmente o Armour, forçando as autoridades a criarem atividades complementares como a do turismo.

58 Partindo das práticas que a iniciativa popular já havia consagrado, a Comissão organizou uma extensa programação onde estava prevista a eleição da "Rainha da beleza", agregando a cobrança de \$ 0,05 centavos por voto popular - a soberana tinha a incumbência de percorrer as ruas da cidade com o seu séquito, dirigindo uma "batalha de flores"; além disso, ocorreu a realização de bailes no Cine Centenário e no *Club Uruguay*; a colocação de cadeiras pelas ruas onde passariam os corsos, visando a maior comodidade dos assistentes; a concessão de prêmios aos melhores carros alegóricos, às melhores comparsas, músicas e máscaras.

59 Apesar do esforço, a iniciativa oficial não conseguiu fazer com que o carnaval de Rivera monopolizasse as atenções, ainda que muitos santanenses tenham participado dos corsos, batalhas de flores e concursos. Se o resultado financeiro foi deficitário, a proporção alcançada pela festa superou o que já havia ocorrido em Rivera. Os corsos e bailes populares estiveram animadíssimos, brincou-se como nunca com o lança-perfume, a comparsa santanense Belisca meu bem e a riverense *Los hijos del Trabajo* apresentaram excelentes conjuntos e os blocos carnavalescos de Livramento desfilaram lado a lado com os carros alegóricos de Rivera, desde a linha divisória até a rua Brasil no lado uruguai.

60 Paralelamente ao intercâmbio entre os grupos carnavalescos das duas cidades e da sobreposição de dois carnavales tão diferentes, permanecia a reivindicação de uma melhor participação do setor comercial de Rivera nos lucros auferidos pelos turistas que vinham de diferentes lugares do Uruguai e do Rio Grande do Sul, para brincarem o carnaval na fronteira e participarem da famosa noite dos cassinos e cabarés de Livramento.

61 Um passo decisivo na tentativa de compensar a atividade comercial e pastoril deficitária, com o incremento do turismo, foi dado com a Lei 9.936, de 1936, que elevou Rivera a situação de "Cidade de Turismo", o que implicava em um apoio do governo nacional a combalida economia riverense. José Salomon de León (1997: 896-897) explica essa iniciativa do governo de Montevidéu através do particularismo político daquela época. Em Rivera, predominavam as forças anticollegialistas - apoio fundamental do Presidente Terra - o que a colocava em situação privilegiada em relação ao governo central, conforme explica o autor:

La vecina Livramento había sido a lo largo de toda su historia - como Rivera lo fue para ella - refugio (y asilo) de las corrientes opositoras y centro de formación de intentos revolucionarios. Era vital, por lo tanto, tener un dominio claro en la zona y, mejor todavía, contar con el apoyo de sus principales fuerzas políticas. Terra tenía ese apoyo. Pero como todo apoyo requería ser compensado. (Idem: 1997: 897)

62 Contemplar Rivera com franquias comerciais e favorecer o regime de trânsito, assim como às indústrias de carne na região, acarretaria no choque de interesses com o governo brasileiro, choque esse descartado desde logo em função do apoio dado por Vargas ao governo de Terra, por ocasião da revolta de janeiro de 1935, quando Basilio Muñoz conduziu um levante mal sucedido no norte uruguai, a partir de terras brasileiras. A opção foi declarar Rivera "Cidade de Turismo" possibilitando a instalação de um cassino em Rivera, uma vez que a legislação de 1911 sobre o assunto determinava que somente as cidades de interesse turístico poderiam ter instalações desse tipo.

63 A extensão do ambiente da casa, no espaço público da rua, chegou ao seu limite mínimo com a forte presença das autoridades locais regulando as festas populares, de tal maneira as manifestações espontâneas e populares foram padronizadas e controladas pelo poder público

local, conforme podemos avaliar por meio de dois artigos que regularam a criação da *Comisión de Fiestas y Turismo* (1941), que mostramos a seguir:

Art. 2º - Esta comisión tendrá a su cargo la programación y realización de todas las fiestas de atracción turística (carnavales, etc.) para lo cual recibirá todo el apoyo posible de la municipalidad.  
 Art. 3º - Pasarán a ser dominio de la comisión, además, todas las cuestiones relacionadas con fiestas, conmemoraciones, espectáculos, etc. y toda la gestión respecto de los mismos, deben serle sometidas para su asesoramiento. (Miranda, 1989: 78)

64 O ano de 1938, não por acaso, foi marcante na mudança de relacionamento entre as duas cidades. O fato de ser o primeiro ano do Estado Novo certamente contou para que as manifestações culturais e o equilíbrio econômico tomassem outros rumos. Já vimos que a opção de Rivera pelo turismo e pela vida noturna progrediu muito entre 1938 e 1943, mas Livramento ainda não havia encontrado sua justa adequação. Seus cabarés de fama internacional como o *Caverna* e sua noite nos clubes e cafés tinham agora um rival a altura e, além disso, o comércio varejista sofria a concorrência dos importados encontrados em Rivera, a menor custo e superior qualidade.

65 A reação providencial e traumática veio com um decreto federal bastante polêmico. Em 5 de maio de 1938, o Estado Novo editou seu decreto regulador da permanência de estrangeiros no Brasil e Livramento aplicou essa legislação em uma campanha de regulamentação dos obreros uruguaios que trabalhavam em território brasileiro.

66 A campanha de regulamentação dos *obreros* uruguaios em Livramento causou tal comoção popular que os chefes de governo das duas localidades tiveram de assumir um posicionamento público diante do problema. Depois de receber uma correspondência do Intendente Departamental, Dr. Antonio Carambula, com a exigência de esclarecimentos sobre o que estava ocorrendo com os uruguaios na cidade vizinha, o Prefeito, Erico Maciel, redigiu uma resposta datada de 24 de agosto de 1938, onde informava "O governo do meu país, no afã patriótico de normalizar a vida nacional, impõe o mais exato cumprimento das leis, editou um Decreto Lei normativo da imigração e permanência de estrangeiros." Procurava ainda esclarecer que "a Lei era dirigida à infiltração indesejável de todas as procedências, que se praticam por fronteiras abertas, por elementos que não possuam conduta nem antecedentes que lhes façam imigração aceitável." (jornal *Tradición Colorada*, Rivera, 27-08-1938)

67 De fato, o enrijecimento dos limites nacionais não tinha por alvo principal o espaço fronteiriço Brasil-Uruguai, mas visava principalmente os imigrantes suspeitos de espionagem e os comunistas e só depois imigrantes sem dinheiro, velhos ou incapacitados. No entanto, antes que os mecanismos cotidianos e informais da fronteira Brasil-Uruguai agissem para neutralizar essa grave interferência externa no cotidiano das pessoas, o assunto causou profunda consternação.

68 Oswaldo Furat (1938), encarregado dos negócios do Brasil, na embaixada brasileira, redigiu um ofício para o Itamarati informando que os jornais de Montevideu noticiavam com grande destaque a grave situação dos cidadãos uruguaios em Livramento e demais cidades do extremo sul do Brasil. O jornal *La Mañana*, de Montevideu, na sua edição de 20 de agosto de 1938 (Biblioteca pública de Rivera), noticiou que cerca de três mil uruguaios deveriam abandonar Livramento caso não regularizassem sua situação no prazo de cento e vinte dias, mas amenizou o alarde com informações obtidas com o cônsul uruguai em Rivera, o qual tranquilizou a opinião pública sobre a pretensa severidade com que as autoridades brasileiras estariam tratando os uruguaios em Livramento.

69 Deve-se considerar que as múltiplas formas de integração informal, baseados em laços de solidariedade criados a partir de relações de parentesco, relações laborais e de comércio, amizades e redes de apoio mútuo não se submeteriam tão facilmente a essa interferência do governo brasileiro. Na verdade, naquele espaço de fronteira, o principal interesse do governo federal não era a questão *obrera*, ou a migração de mão-de-obra de um lado para outro da linha divisória, pois essa mobilidade – sobretudo nas safras de matança das charqueadas e do Frigorífico Armour – atendia aos interesses da elite econômica das duas cidades. A atenção estava voltada para as atividades “subversivas” desenvolvidas pelos políticos locais de Santana

do Livramento que haviam sido exonerados das suas posições e exilados no Uruguai, em virtude do golpe de estado promovido pelo governo Vargas, em novembro de 1937.

## Considerações finais

70 Nos últimos anos da década de 1930 e nos primeiros da década 1940, as cidades Santana do Livramento e Rivera adaptaram-se e tiraram proveito das interferências dos governos nacionais. Por meio das atividades culturais, sobretudo das festas, a população de Rivera acomodou o carnaval e as atividades turísticas centradas nos cabarés e no cassino à sua necessidade econômica, enquanto Livramento assumiu o discurso nacionalista e desenvolvimentista do governo de Getúlio Vargas e desenvolveu o terceiro maior parque industrial do interior do estado do Rio Grande do Sul.

71 Com uma população de aproximadamente 40 mil habitantes e contando com a quarta renda do Rio Grande do Sul (2.961.000\$000), em 1941, Livramento tinha quatro frigoríficos, três torrefações de café, onze charqueadas e uma cervejaria de renome, a Gazapina, de um conjunto de aproximadamente 50 estabelecimentos industriais, que empregava cerca de 3 mil operários. Ao final dos anos 1940 e início dos 1950, a industrialização aprofundou-se através do incremento da capacidade instalada e da aquisição de novos equipamentos, destacando-se as empresas Swift Armour, o lanifício Thomaz Albornoz, a Cooperativa Santanense de carnes e a indústria de óleos Siol (Schäffer, 1993).

72 Quanto à Rivera, graças ao estímulo do governo nacional, a partir de 1938 iniciaram-se as excursões fonoelétricas, organizadas pela empresa Ferrocarril Central, nas quais centenas de turistas vinham da capital ou de outros pontos do interior para aproveitar as facilidades e atrativos da fronteira. No ano seguinte, inaugurou-se o Parque Grã-Bretanha, a 6 km da cidade, junto a Cochilha Negra, com ampla área de lazer. Em janeiro de 1941, foi implementada a Comisión de Fiestas y Turismo. Em janeiro de 1942, foi inaugurada a nova sede do Club Uruguay, um dos melhores do país, neste mesmo ano iniciaram-se as atividades do Hotel Cassino, antiga reivindicação local. Em fevereiro de 1943, foi inaugurada a Praça Internacional e, em agosto, iniciou-se a pavimentação da Av. Sarandi com concreto, o que logo foi estendido às principais ruas da cidade, transformando significativamente a sua fisionomia urbana.

73 As duas cidades geminadas encontravam, afinal, seu ponto de equilíbrio. Contudo, tal ponto de equilíbrio era uma circunstância externa que se impunha ao cotidiano e à cultura local. Era de se esperar que tal composição de interesses não sobrevivesse ao estilo de vida guardado no interior das casas e no ambiente íntimo de convivência. Com o passar dos anos, a rede de solidariedade e compromissos pessoais recíprocos, estabelecidos entre os habitantes das duas cidades, acabou voltando às ruas, mostrando sua força subterrânea e encontrando soluções locais para o esgotamento dos dois modelos econômicos concebidos pelas autoridades nacionais.

74 Nem Livramento consolidou-se como cidade industrial, em virtude de desenvolvimentismo econômico dos anos 1950 que abriu o mercado interno para as multinacionais, nem Rivera conseguiu manter o mesmo impulso turístico, ao perder terreno para outras localidades do interior. Também as festas patrióticas, manifestadas à sombra das bandeiras do Uruguai e do Brasil, deixaram de ser expressão de uma cultura nacionalista para se tornar uma referência externa e frágil, reduzida ao formalismo das datas nacionais ou na contabilidade do comércio e das secretarias de turismo.

75 Entretanto, as práticas culturais guardadas nos quintais das casas ou praticadas entre amigos não morreram. Continuou existindo a *guerra de agua* entre vizinhos durante o carnaval; durante as sextas-feiras santas, a população das duas cidades continuou a se maravilhar com as pandorgas conduzidas em um céu sem fronteiras, por meninos cheios de novas esperanças; a terra dos pátios de algumas casas ainda continuou umedecida pelo sangue dos galos de rinha e a necessidade de um lado acabou encontrando soluções nas possibilidades do outro lado, como sempre foi e como há de ser, onde quer que ocorra uma fronteira onde os limites geopolíticos não sejam mais que dádiva da solidariedade.

## Bibliografía

Amorós, Antônio Hijo (1991), *Caudillismo salvaje*, 4 ed. Vanguardia, Rivera.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Santana do Livramento, *Decreto Lei nº 51, de 27 de setembro de 1943*, Seção legislação municipal, Santana do Livramento.

Arquivo histórico da família Caggiani, *Diário de Notícias de Porto Alegre*, 12 de agosto de 1942, Santana do Livramento.

Arquivo Histórico do jornal A Razão. *A Razão, 06 de abril de 1938*, Santa Maria.

Arquivo Histórico do Palácio de Piratini, *Delegações Brasileiras, Montevidéu, ofícios, série 33*, livro 33-2-11, documento nº 13.103, Palácio do Itamarati, Rio de Janeiro.

Baczko, Bronislaw (1985), “A imaginação social”, em *Anthropos-Homem*, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa.

Balandier, Georges (1982), *O poder em cena*, Editora Universidade de Brasília, Brasília.

Biblioteca pública da Rivera, Seção de periódicos, *jornal El Ideal, 12 de fevereiro de 1952*, Rivera, Uruguai.

Biblioteca pública da Rivera, Seção de periódicos, *jornal Tradición Colorada, 27 de agosto de 1938*, Rivera, Uruguai.

Biblioteca Pública de Santana do Livramento, Álbum de solenidades cívicas, *década de 1940*, Santana do Livramento.

Caggiani, Ivo (1986), *Santana do Livramento: 150 anos de história*, Folha Popular, Santana Do Livramento.

Capelato, Maria Helena (1996), “Propaganda política e construção da identidade nacional coletiva”, em *Revista Brasileira de História*, v. 16, n. 31 e 32, pp. 328-352, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Carvalho, Erundina Antunes (1999), *Entrevista* [cassette], 1 cassette 30 min, entrevistador: Carlos Roberto da Rosa Rangel, Santana do Livramento.

Colombo, Eduardo (1993), “El signo, lo simbólico y el imaginario”, em *Imaginario social*. 3. Ed, Altamira, Montevidéu.

Damatta, Roberto (1997), *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*, 5ª ed. Rocco, Rio de Janeiro.

De Leon, Joel S. (1999), *Diccionario Riverense*, edição do autor, Rivera.

De León, Joel S.; Abellá, Luis A. (1994), *Cosas y gentes de Rivera: los gobernantes comunales, sus protagonistas*, Graffías Rivera, Rivera.

Furat, Oswaldo (1938), *Ofício, Arquivo histórico do Itamarati, delegações brasileiras*, Montevidéu, tomo 33-3-10, ofício nº 112, 20, Rio de Janeiro.

Miranda, Júlio C. Fernandez (1989), *Carnavales riverenses*, edição do autor, Rivera.

Monteiro, Pedro Aurélio de Góes (1942), *A revolução de 30 e a finalidade política do Exército*, Andersen Editores, Rio de Janeiro.

Neves, Birilo (1949), *Crônicas de Santana do Livramento*, edição do autor, Santana do Livramento.

Pintos, Anibal Barrios (1990), *Rivera: una historia diferente*, Ministerio de educación y Cultura, Montevideo.

Rangel, Carlos R. R (2004), *Participação política nos discursos oposicionistas a Getúlio Vargas (Brasil) e Gabriel Terra (Uruguai) – 1930-1942*, Tese de doutorado em História, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Idem (2001), *Crime e castigo: conflitos políticos no RS (1928-1938)*, Editora da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

Ryan, Mary (1995), “A parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX”, em Hunt, Lynn, *A nova história cultural*, Martins fontes, São Paulo.

Schäffer, Neiva Otero (1993), *Urbanização na fronteira: a expansão de Santana do Livramento*, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre.

Simões, Maria Martins (1999), *Entrevista* [cassette], 1 cassette 30 min, entrevistador: Carlos Roberto da Rosa Rangel, Santana do Livramento.

**Notas**

1 Investigação conduzida no curso de especialização em História do Espaço Fronteiriço Latino, do Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, Brasil.

**Para citar este artículo**

## Referencia electrónica

Carlos Roberto da Rosa Rangel, « As festas como formas de integração na fronteira Brasil-Uruguai (1930-1945) », *Polis* [En línea], 39 | 2014, Publicado el 06 enero 2015, consultado el 28 enero 2015.  
URL : <http://polis.revues.org/10437> ; DOI : 10.4000/polis.10437

**Autor****Carlos Roberto da Rosa Rangel**

Universidade Regional Integrada, Santiago, Brasil. Email: carlos.rangel@urisantiago.br

**Derechos de autor**

© Polis

**Resúmenes**

Frequentemente, a fronteira é entendida como uma linha rígida de caráter geopolítico e que contrapõe soberanias e interesses nacionais, minimizando-se as práticas culturais integrativas existentes nos espaços fronteiriços. O objetivo desse artigo é mostrar as práticas de integração regional protagonizadas pelas populações fronteiriças localizadas na fronteira do Brasil com o Uruguai. Para tanto, destacam-se as festas cívicas e carnavalescas como práticas coletivas de afirmação da cultura local, diante dos estados nacionais centralizadores das décadas de 1930 e 1940. Verifica-se que a presumida desordem carnavalesca e a ordem das festas cívicas estiveram submetidas a uma interpretação regional, que buscava formas de integração capazes de superar as diferenças tributárias, cambiais e culturais existentes naquele espaço fronteiriço.

**Las fiestas como formas de integración en la frontera Brasil-Uruguay (1930-1945)**

A menudo, la frontera se ve como una línea rígida de carácter geopolítico y que contrasta la soberanía y los intereses nacionales, reduciendo al mínimo las prácticas culturales de integración existentes en las zonas fronterizas. El objetivo de este artículo es mostrar las prácticas de integración regionales encabezadas por las zonas fronterizas situadas en la frontera de Brasil y Uruguay. Por lo tanto, se destacan las fiestas cívicas y carnavalescas como prácticas colectivas de afirmación de la cultura local, frente a los estados nacionales centralizadores de las décadas de 1930 y 1940. Se verifica que el presunto desorden del Carnaval y el orden de las fiestas cívicas fueron sometidos a una interpretación regional, que buscaba formas de integración capaces de superar las diferencias tributarias, cambiarias y culturales existentes en aquella zona fronteriza.

**Feasts as forms of integration in the Brazil-Uruguay border (1930-1945)**

Often, the border is understood as a rigid line of a geopolitical character that contrasts sovereignty and national interests, minimizing cultural integrative practices occurring on border areas. The aim of this paper is to show the practices of regional integration headed by border populations located on the border of Brazil and Uruguay. For this purpose, civic and carnival parties as collective assertion practices of local culture are highlighted, in front of

centralizing nation-states of the 1930s and 1940s. It is verified that the presumed carnivalesque disorder and the order of civic festivals were submitted to a regional interpretation that was seeking forms of integration that could surpass tax, currency and cultural differences in that border area.

***Entradas del índice***

***Keywords*** : border, feasts, regional integration

***Palabras claves*** : frontera, fiestas, integración regional

***Notas de la redacción***

Recibido: 15.09.2014 Aceptado: 20.11.2014